

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA****CONSELHO UNIVERSITÁRIO****SECRETARIA****ATA Nº 01/2015**

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e quinze, às nove horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada no edifício da Reitoria, no Campus Universitário em Uvaranas, situada à Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário - COU, consoante Edital de Convocação nº 1/2015, com a presença da Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli e dos Conselheiros Adriana Scoton Antonio Chinelatto, Alexandre Almeida Rocha, Alexandre Camilo Júnior (suplente), Amaury dos Martyres, Ana Paula Parra Leite, Ariangelo Hauer Dias, Cristina Berger Fadel, Eduardo Fávero Caires, Elenice Parise Foltran, Fabiana Postiglione Mansani, José Flávio Marcelino Borges, José Tadeu Teles Lunardi, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (suplente), Luiz Laertes de Freitas, Marcelo Bilobrovec, Marcus William Hauser, Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga, Maria Magdalena Ribas Döll, Marilisa do Rocio Oliveira, Miguel Archanjo de Freitas Júnior, Neide Keiko Kravchychyn Cappelletti, Osnara Maria Mongruel Gomes, Paulo Vitor Farago (suplente), Ricardo Diniz Correia de Almeida, Rosane Falate (suplente), Sandro Rogério Camargo, Silvana Maura Batista de Carvalho, Silviane Buss Tupich, Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros, Telma Regina Fonseca, Vanderlei Schneider de Lima, Wolfgang João Meyer e Zoli Catarina Zacharias de Oliveira; Contando ainda com a presença dos servidores, Dierone César Foltran Júnior, Ítalo Sérgio Grande, Joani Alves Ferreira, João

25 Irineu de Resende Miranda e Neomil Macedo para apreciarem a seguinte ordem do  
26 dia: **1** - Processo nº **02.087/2015**. Interessado: Sindicato dos Trabalhadores em  
27 Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa - SINTESPO. Assunto:  
28 Notificação de continuidade de greve geral por tempo indeterminado. Relator: Mesa; **2** -  
29 Processo nº **02.172/2015**. Interessada: Seção Sindical dos Docentes da Universidade  
30 Estadual de Ponta Grossa - SINDUEPG. Assunto: Deliberações da Assembleia  
31 Extraordinária dos professores da UEPG na data do dia 02 de março de 2015. Relator:  
32 Mesa. Constatada a existência de quórum regimental, porém extrapolada a capacidade  
33 máxima permitida no ambiente, a presente reunião foi transferida para o Auditório do  
34 Prédio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE da UEPG. Estiveram  
35 presentes à reunião, a comunidade universitária através de acadêmicos, agentes  
36 universitários, docentes, sindicatos e demais pessoas interessadas considerando a  
37 relevância da matéria. Às nove horas e trinta minutos o Senhor Presidente  
38 cumprimentou a todos e deu início à reunião passando a palavra a Senhora Vice-  
39 Reitora, a qual fez uma breve explanação sobre os assuntos, esclarecendo pelos quais  
40 houve a convocação de reunião extraordinária do COU. Nesse momento foi solicitada  
41 por alguns presentes a possibilidade da palavra para exposição do motivo da defesa  
42 pela suspensão do calendário; a Mesa cedeu parte à Professora Gisele Masson, que  
43 afirmou ser relevante a discussão da suspensão do calendário, considerando adesão  
44 expressiva de docentes pela greve, com exceção de poucos, os quais garantiram registrar  
45 os conteúdos que posteriormente devam ser buscados pelos alunos com os colegas;  
46 corroborou com o que destacou a Senhora Vice-Reitora no sentido de que os acadêmicos  
47 devam ser preservados, não havendo prejuízo para nenhum deles, e por se desconhecer  
48 o tempo que levará a greve, a suspensão é uma decisão importante na garantia de

49 preservar os alunos. Em seguida, se manifestou a acadêmica do 3º ano do Curso de  
50 Direito, Isabela Sens Fadel Gobbo, a qual comunicou sobre assembleia acadêmica  
51 realizada na semana anterior para discussão do assunto em tela, onde os acadêmicos em  
52 sua maioria se posicionaram favoráveis à suspensão, conforme documento enviado à  
53 Reitoria. Pela classe dos servidores, um dos diretores do Sindicato dos Técnicos e  
54 Professores da UEPG - SINTESPO, o Senhor Eugênio da Rosa, expôs a preocupação da  
55 classe e necessidade daqueles servidores, que aderiram ou não a greve, em ter garantias  
56 sobre o calendário. Reassumindo a palavra, a Senhora Vice-Reitora esclareceu a respeito  
57 dos quatro (4) pontos essenciais a serem discutidos, os quais constavam do processo em  
58 tela; iniciou-se pelas atividades acadêmicas vinculadas às Pró-Reitorias acadêmicas e  
59 após o Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância - NUTEAD, abrangendo o  
60 ensino a distância. Primeiro Conselheiro acadêmico com a palavra, Professor Miguel  
61 Archanjo de Freitas Júnior, trouxe a informação de que até esse momento foram dezoito  
62 (18) dias letivos com as atividades paralisadas, e que a Pró-Reitoria de Graduação -  
63 PROGRAD é favorável à suspensão do calendário considerando uma das preocupações  
64 daquela Pró-Reitoria, é de que a classe acadêmica tenha garantido os seus conteúdos e  
65 a carga horária de forma adequada; comunicou fazer menção sobre duas (2) outras  
66 preocupações da PROGRAD no que diz respeito a projetos ligados ao governo federal, o  
67 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID com trezentos e oitenta  
68 (380) bolsistas, atividades estas que teriam grande prejuízo considerando que o convênio  
69 prevê a suspensão da bolsa e novo processo de seleção no caso da não participação por  
70 quinze (15) dias, necessitando nesse caso de nova negociação com o governo federal;  
71 outra preocupação é com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação  
72 Básica - PARFOR, pois existe compromisso de convênio assinado com o governo, e seriam  
73 várias as implicações no caso do cancelamento das atividades, considerando ser uma

74 ruptura unilateral, tendo em vista que o governo federal vem cumprindo a sua parte;  
75 afirmou se tratarem de atividades essenciais da PROGRAD, pedindo nesse sentido, o  
76 entendimento na permanência dessas atividades da mesma forma que elas estão sendo  
77 cumpridas desde o início em que foi deflagrada a greve. Na sequência, a Conselheira  
78 Marilisa do Rocio Oliveira explanou a respeito dos projetos em andamento na área da  
79 extensão, e que estão vinculados a editais com prazos definidos para atendimento, como  
80 é o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol da UEPG junto com a  
81 PETROBRÁS, e que após contato mantido entre as partes, a Pró-Reitoria de Extensão e  
82 Assuntos Culturais - PROEX e a coordenação do projeto perceberam não haver  
83 possibilidade na interrupção dessas atividades, que se dão junto às comunidades em  
84 trabalho desenvolvido com recém formados; outro projeto seria ligado ao Ciências Sem  
85 Fronteiras, que não parou durante as férias, encerra seu período no mês de agosto, e  
86 atende várias cidades através de recém formados bolsistas com prazo determinado de  
87 contrato; tem-se um edital a ser respeitado, prestação de contas a apresentar, não  
88 correndo o risco da suspensão dessas atividades; e também há o Patronato, que é um  
89 convênio com a Secretaria de Segurança, que atende os egressos do sistema prisional e  
90 também se trata de carência da comunidade com muitos atendimentos diários, para os  
91 quais os bolsistas cumprem regime de rodízio; trouxe ainda a informação de que em  
92 reunião realizada com os envolvidos, foi solicitado que as atividades não fossem  
93 interrompidas, isso dentro da parte de extensão dos projetos; dentro da questão de  
94 editais, alguns eventos deverão ocorrer no primeiro (1º) semestre, inclusive internacional,  
95 com recursos de saldo de bolsas que terão de ser distribuídos, deverá ser feito todo um  
96 trabalho para que os recursos sejam devidamente aplicados e o evento possa acontecer,  
97 pois se não, isso trará grande prejuízo tanto à Instituição quanto para os envolvidos,  
98 pessoas já agendadas e confirmadas, também neste caso os coordenadores pediram

99 continuidade nos trabalhos; no caso da suspensão do calendário, pediu que ao menos  
100 nestas atividades seja permitida a continuidade dos trabalhos; quanto a editais em nível  
101 federal, citou grande projeto como o Programa e Projetos de Extensão - PROEXT, do  
102 qual, muitos outros farão parte, trarão recursos que mantêm muitas das atividades de  
103 extensão; concluiu posicionando-se favorável à suspensão, com a possibilidade de ter  
104 algumas atividades essenciais em andamento. A Conselheira Osnara Maria Mongruel  
105 Gomes, em nome da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP trouxe a  
106 informação de que hoje em reunião de caráter extraordinário, no intuito de definir as  
107 metas daquele órgão para daqui para frente, ficou estabelecida posição favorável à  
108 suspensão do calendário, mas que em relação às outras atividades que demandam de  
109 auxílio financeiro federal, como bolsas de estudo, Programa de Apoio à Pós-Graduação  
110 - PROAP, elaboração de relatórios para entrega, editais de seleção em andamento,  
111 estas não podem ser suspensas; hoje a Comissão de Pós-Graduação - CPG decidiu pela  
112 suspensão das atividades de sala de aula, porém existem atividades paralelas, defesas,  
113 laboratórios, para as quais pedimos a compreensão, o respeito porque elas precisam  
114 continuar acontecendo, e é esta a proposta trazida para ser avaliada. Em seguida, se  
115 apresentou a Professora Eliane de Fátima Rauski, Coordenadora do NUTEAD, que  
116 exemplificou particularidade do Núcleo considerando que a parcela de vinte por cento  
117 (20%) dos cursos de graduação é à distância, e estão relacionados com o calendário  
118 geral; informou ainda que demais atividades são geridas/oriundas de convênios federais,  
119 com objetos a serem cumpridos, e havendo a suspensão do calendário isso não será  
120 possível, trazendo significativo prejuízo pedagógico; afirmou que o prejuízo já é de duas  
121 (2) semanas e meia ( $\frac{1}{2}$ ), considerando que o calendário do EaD é por semanas e não por  
122 dias letivos; afirmou que foram previstas pela coordenação da Universidade Aberta do  
123 Brasil - UAB, dezoito (18) semanas tanto para o primeiro (1º) semestre, quanto para o

124 segundo (2º), que poderão ser compensadas, ficando dezessete (17) em cada semestre,  
125 havendo algum prejuízo ainda, porém, passível de recuperação com o andamento  
126 normal das atividades; outra preocupação é com o Curso da Faculdade Vizinhança Vale  
127 do Iguaçu - VIZIVALI, sem possibilidade de prorrogação, nem interrupção; em relação  
128 aos alunos formandos de EaD, dos convênios federais, foi decidido em reunião com as  
129 coordenações dos cursos, que as atividades desses alunos seriam mantidas, no intuito de  
130 que possam se formar em abril e maio; prosseguiu explanando sobre o que ainda está  
131 em situação de dependência de discussão, como é o caso das turmas novas que iniciaram  
132 dia vinte e três (23) de fevereiro, estão tendo duas (2) semanas do modo introdutório ao  
133 EaD, sem tutores e professores, onde vão se ambientar e por enquanto as atividades são  
134 normais; informou que as disciplinas devam iniciar na próxima semana e que é preciso  
135 ter-se um posicionamento, pois como já foi exposto pela graduação, extensão e pós-  
136 graduação, tudo o que for relativo a convênio com cumprimento de objeto específico é  
137 mais difícil resolver, prorrogar ou interromper, considerando a dependência dos repasses  
138 federais como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -  
139 CAPES e do Ministério da Educação - MEC; preocupação existe também com as turmas  
140 de pós-graduação com final previsto para março, que estão com andamento normal, já  
141 para que não haja prejuízo aos acadêmicos, e as turmas novas, que iniciam em onze (11)  
142 de março; afirmou que no caso de ocorrer a suspensão do calendário, o prejuízo  
143 imediato será em relação ao pagamento das bolsas de professores, coordenadores e  
144 tutores, profissionais que atuam no EaD, que terão seu pagamento cortado; além ainda  
145 dos funcionários Contratados em Regime Especial - CRES que são pagos através dos  
146 recursos desses convênios, concluindo assim suas considerações a respeito do impacto da  
147 suspensão do calendário junto ao EaD. Assumiu a palavra a Senhora Vice-Reitora  
148 professora Gisele Alves de Sá Quimelli lembrando que foram ouvidas considerações dos

149 Conselheiros da área de graduação, pós-graduação, extensão e que deixava aberta a  
150 palavra aos Conselheiros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE para  
151 expressar também sua opinião, no intuito de antecipar análise das consequências que  
152 poderão ocorrer com a suspensão do calendário. Manifestou-se então a Conselheira  
153 Neide Keiko Kravchychyn Cappelletti, Presidente da Câmara de Graduação do CEPE  
154 para expressar a intenção de não prejudicar os alunos, que há o entendimento do direito  
155 de terem um ano letivo capaz de cumprir com todas as suas possibilidades; porém, há a  
156 preocupação com a totalidade das atividades da Universidade, já que envolvem mais  
157 do que apenas as aulas, e todos os outros elementos já apontados aqui são relevantes, e  
158 por isso a presença deste conselho para discussão; concluiu declarando ser importante e  
159 adequada a suspensão, desde que ouvidas e ponderadas todas as considerações a  
160 respeito. Em seguida o Conselheiro Sandro Rogério Camargo, Presidente da Câmara de  
161 Pesquisa e Pós-Graduação do CEPE, afirmou serem também a favor da suspensão,  
162 observados alguns detalhes, como a questão dos cursos *Lato sensu* que são cobrados,  
163 ratificando a fala da Conselheira Osnara Maria Mongruel Gomes. A Conselheira Fabiana  
164 Postiglione Mansani se posicionou em nome do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde -  
165 SEBISA para informar que são dois (2) calendários que afetam o SEBISA, que a  
166 preocupação maior é com as atividades já consideradas essenciais e mostrou a  
167 importância da reflexão em cima disso; elencou algumas das atividades em laboratórios,  
168 dispensários e clínicas, citou ainda as residências e internatos médicos e de enfermagem,  
169 que não podem ser interrompidas. Em seguida o Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves  
170 Cunha fez algumas considerações em relação ao Projeto da IESol, já citado  
171 anteriormente, quando colocou que entre convênios existem diferenças na burocracia,  
172 em relação às leis e execução orçamentária, e nas universidades estaduais o responsável  
173 por um convênio com recursos federais encontra dificuldades diversas para conciliar

174 todas essas diferenças; ressaltou ainda que em dois (2) projetos desenvolvidos junto a  
175 IESol, são nove (9) técnicos e quatorze (14) estagiários que recebem através de recursos  
176 federais; e em nome do Setor de Ciências Exatas e Naturais - SEXATAS, defende outros  
177 projetos que teriam prejuízos com a interrupção de atividades; defende o apoio à  
178 suspensão do calendário e a realização da greve, porém com a ressalva das atividades  
179 essenciais, com o entendimento de que o professor que está responsável não deve ser  
180 encarado como "fura greve". Manifestou-se o Conselheiro José Tadeu Teles Lunardi para  
181 indagar se cabe ao COU definir as atividades essenciais, que por lei devem ser mantidas,  
182 mas defendeu a ideia de que quantas e quais são elas e como devem funcionar, deveria  
183 ser discutido ponto a ponto entre cada órgão e o comando de greve. Assumiu a palavra  
184 o Senhor Presidente, esclarecendo que várias questões desde o início da deflagração da  
185 greve foram levadas, discutidas e negociadas com o comando de greve pela reitoria,  
186 tendo sido acatadas as atividades mantidas até o momento; atestou estar sendo tratado  
187 nesta reunião uma vez que haja a suspensão do calendário, é deixar ciente a todos, que  
188 depois de decididas aqui, mediante uma normatização e encaminhamento aos órgãos, é  
189 de fato alertar algumas outras atividades essenciais ou não, que deverão ser novamente  
190 levadas ao comando de greve. Novamente, o Conselheiro José Tadeu Teles Lunardi  
191 tomou a palavra propondo como encaminhamento, apresentando a sugestão de que  
192 fosse cancelado o calendário de aulas da graduação e pós-graduação e os demais  
193 pontos fossem discutidos ponto a ponto entre a reitoria e o comando de greve. A  
194 Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli reconheceu como primeira  
195 proposta apresentada, deixando aberta a palavra para outras propostas e posterior  
196 votação. Solicitou a palavra a Professora Gisele Masson, lotada no Departamento de  
197 Educação, que defendeu o ensino, pesquisa e extensão, atividades essenciais da  
198 universidade como um todo, e não individuais; afirmou que para que o movimento

199 tenha força política, é preciso gerar impacto, e que isso só se consegue com a não  
200 realização de atividades; comentou sobre algumas das questões já citadas e discutidas,  
201 afirmando o Conselho ter-se reunido para decidir a respeito da suspensão do calendário  
202 e que demais questionamentos podem ser discutidos posteriormente; exemplificou no  
203 sentido de que o prejuízo pessoal é geral no momento de greve, cobrando da Instituição  
204 posicionamento junto ao governo federal em relação às condições de trabalho, alvo de  
205 precariedade; afirmou ser esse um dos pontos que surgem na greve e que é preciso lutar  
206 por direitos, que a greve é extremamente educadora, pois se faz pensar em questões  
207 ainda não pensadas, questões essas importantíssimas que deverão ser seriamente  
208 discutidas com o comando de greve; cobrou documentação oficial dos órgãos que  
209 representam o governo nos projetos dependentes de recursos federais, que comunique  
210 sobre os prazos improrrogáveis dos editais, e assim, possa ser discutido mais claramente o  
211 andamento das atividades grevistas e quais são as atividades realmente essenciais, fora  
212 saúde e alimentação; defendeu que a greve no campo da educação se estende e  
213 demora muito para gerar impacto efetivo, e o governo vai protelando o momento de  
214 decisão, esperando ganhar no cansaço; foi enfática dizendo que se deve pensar nas  
215 estratégias de luta e quais as medidas poderão fortalecer a pressão política, portanto, o  
216 ensino, pesquisa e extensão devem parar porque são atividades que a Universidade  
217 desenvolve. A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli assumiu a  
218 palavra, dizendo que após os pronunciamentos baseados na solicitação feita, poderá ser  
219 dado encaminhamento a matéria para votação; especificou haver proposta do  
220 Conselheiro José Tadeu Teles Lunardi pela suspensão do calendário universitário, e a fala  
221 da Professora Gisele Masson pelo encerramento das atividades com posterior conversa  
222 com o comando de greve; a título de informação, colocou que a mesa em momento  
223 algum se colocou contrária à suspensão do calendário, e sim teve o propósito de trazer à

224 discussão a continuidade ou suspensão das atividades desenvolvidas e suas  
225 consequências, também no sentido educativo, para ter-se clareza, o esclarecimento  
226 suficiente para votação; expôs novamente as propostas, que basicamente trata da  
227 suspensão do calendário universitário, com posterior negociação com o comitê de greve e  
228 de quais seriam as atividades essenciais, de dentro de lista de atividades já trabalhada  
229 com o comitê, as Pró-Reitorias poderão fazer suas justificativas para a manutenção ou  
230 paralisação dessas atividades, e desta forma se dará a discussão a ser negociada;  
231 indagou se a votação poderia ser assim colocada. Manifestou-se a acadêmica Fernanda  
232 Paes do Curso de Engenharia de Alimentos, a respeito de bolsistas que não estariam  
233 conseguindo dispensa das suas atividades presenciais, e sugeriu a criação de plano de  
234 atividades de estágio, oportunizando a esses estudantes aderir à greve, no intuito de  
235 unificar o movimento estudantil. Não havendo mais intervenções e estando  
236 suficientemente esclarecida, a Presidência colocou em votação a matéria, sendo  
237 aprovada por unanimidade. A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá  
238 Quimelli resgatou o assunto "autonomia universitária", afirmando que é um bem para  
239 todas as Instituições de Ensino Superior - IES do Brasil; relatou que em quase trinta (30)  
240 anos de luta, desde 1988 não foi conseguida efetivar de fato a autonomia da UEPG;  
241 afirmou que, para quem se envolve com atividades de transferência de recursos pelo  
242 governo, é sabido da dificuldade das IES em receber o seu repasse de orçamento, de  
243 financeiro, e que muitas vezes os reitores acabam indo, reivindicar insistentemente junto  
244 ao Governo de Estado, para que se possam ter esses recursos; continuou explicitando que  
245 perguntas foram levantadas, para que possa ser dado início ao primeiro  
246 encaminhamento de debate, e se pense quais as consequências práticas, políticas, com a  
247 saída ou permanência do reitor no grupo instituído por decreto, incumbido de estar à  
248 frente das negociações com o governo de estado, segunda matéria em discussão na data

249 de hoje neste Conselho; em seguida detalhou os quesitos a serem discutidos: por que a  
250 maioria dos estados brasileiros não consegue autonomia para suas IES? Por que sempre  
251 foi necessária a luta por autonomia? Por que a autonomia não é aceita na forma  
252 proposta? Qual a autonomia defendida? O momento vivenciado não se iguala a  
253 Síndrome de Estocolmo? Ratificou haver vários levantamentos a serem discutidos a esse  
254 respeito; afirmou que, como a solicitação dentro da matéria foi encaminhada pelo  
255 comitê de greve, o próximo a se manifestar será o representante desse comando. A título  
256 de informação, a Senhora Vice-Reitora abordou a aprovação dentro do grupo  
257 componente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público -  
258 APIESP, de solicitação por parte da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
259 UNIOESTE, única IES a ter tido aprovado em reunião do seu Conselho Universitário, a  
260 saída do seu reitor desse grupo, permanecendo os demais nas negociações; informou  
261 ainda que em reunião da APIESP no dia seguinte, estará sendo tratado este mesmo  
262 assunto. Passada a palavra ao Presidente da SINDUEPG e representante do comando  
263 de greve, Professor Marcelo Engel Bronosky, o mesmo passou a discorrer sobre ponto  
264 aprovado em assembleia dos professores, a autonomia universitária, um dos pontos que  
265 motivaram a greve a vinte e cinco dias, especificamente por um ato do Governo em  
266 instituir um decreto para debater e formar um grupo de trabalho que constituiria um  
267 projeto de autonomia; afirmou tentar centrar sua fala em alguns aspectos que tanto  
268 passariam por um cenário técnico operacional até uma questão política efetivamente,  
269 que em seu ponto de vista, é a mais importante a ser refletida no sentido de ponderar  
270 sobre a solicitação feita; reforçou publicamente a boa relação do comando de greve com  
271 a reitoria no que tange às discussões, não só a respeito das atividades essenciais, sempre  
272 na tentativa de construir um projeto, um movimento de greve com os menores danos  
273 colaterais, considerando que isso faz parte da própria natureza do processo; disse que é

274 preciso o entendimento de que se trata de estratégia de enfrentamento daquilo que é  
275 caro a todos, enumerando os pontos importantes, objetos de luta: 1) perda da  
276 previdência, da autonomia de aposentadoria com o mesmo valor; 2) projeto de  
277 autonomia, outro centro de debate, relacionado a diminuir a capacidade social e  
278 pública das universidades, e que não pode ser ignorado o fato de que o projeto político  
279 por trás do movimento em relação à autonomia tem o intuito de exonerar o estado da  
280 responsabilidade única, exclusiva e histórica que é o comprometimento com a educação  
281 pública, gratuita e fundamental; continuou sua fala exaltando que não se deve  
282 acreditar que os projetos e convênios continuarão bem, que os cursos *lato sensu* vão  
283 funcionar; afirmou que através de negociações poderão com certeza serem relacionadas  
284 e efetuadas parcerias com projetos do governo federal em educação a distância, e  
285 comprometer os direitos avalistas de muitos, isso pode funcionar; sustentou que Londrina  
286 e Maringá, funcionarão tranquilamente, pois a capacidade de captar recursos é mais e  
287 maior do que aqui; reforçou que é ingênuo pensar que Ponta Grossa vai disputar um  
288 cenário de decreto verticalizado em iguais condições dos servidores daquelas  
289 universidades, que estão muito a frente na discussão da autonomia; informou terem a  
290 anos, grupo constituído dentro do Conselho Universitário que se reúne periodicamente  
291 para refletir a dimensão do impacto da autonomia; disse que o problema não estaria  
292 com o decreto, mas com o método que institui o documento, por isso o pedido a este  
293 conselho, a condição de união ao movimento grevista, como um ato estratégico de se  
294 retirar esse decreto e poder-se constituir um método que envolva a comunidade  
295 universitária na construção de um projeto de autonomia, determinar o que entendemos  
296 por autonomia universitária e efetivamente aplicar isso no conjunto do que é o ensino  
297 superior público e de qualidade no estado do Paraná; seguiu apontando que existem  
298 muitas diferenças entre as IES, e que o consenso sobre o assunto não vai ser rápido;

299 lembrou que quando estudante já era discutida a autonomia, porém, o governo ainda  
300 não deu autonomia às IES por não ter havido um consenso entre o que está sendo  
301 oferecido e o que realmente atenda às demandas das instituições; continuou sua fala  
302 explanando sobre o cenário de incertezas das atitudes que o governo tem tomado em  
303 relação à sociedade civil organizada, especialmente os servidores públicos; justificou o  
304 pedido de saída do Reitor do grupo de negociações, crendo no enfraquecimento do  
305 efeito do decreto, forçando a criação de método isonômico, paritário; informou sobre a  
306 união no estado, dos professores, funcionários e estudantes, focados em relação a  
307 garantir o debate da autonomia, defendendo que mesmo limitando o número de  
308 reitores no grupo de negociações não será perdida de vista a importância de construir  
309 um projeto que não seja só financeiro ou de centralização de recursos, mas que garanta  
310 também uma autonomia pedagógica, científica, acadêmica de fato, administrativa e de  
311 gestão; concluiu apelando pelo apoio na suspensão ou cancelamento desse decreto,  
312 podendo haver o fim da greve e o retorno mais breve possível às aulas e a um cenário de  
313 normalidade. O representante do SINTESPO, Senhor Eugênio da Rosa se pronunciou no  
314 sentido de expressar preocupação da classe com o projeto, solicitando à Reitoria que  
315 analisasse profundamente o assunto, sendo esse o momento de qualificar o debate com  
316 a presença, também dos servidores; concluiu citando Charles Chaplin quando disse -  
317 "Escolas não são fábricas, trabalhadores não são máquinas e estudantes não são  
318 mercadorias". A acadêmica Fernanda Paes citou a assembleia estudantil, endossando o  
319 pedido à reitoria que se retire da comissão, e mais, que pressione pela extinção da  
320 mesma; reivindicou que seja aberto espaço à classe estudantil nas discussões do novo  
321 projeto de autonomia. No intuito do encaminhamento para votação, o Senhor  
322 Presidente colocou a matéria em discussão. Manifestou-se o Professor João Irineu de  
323 Resende Miranda, representante da Procuradoria Jurídica nos Conselhos Superiores,

324 resgatou algumas das citações já manifestadas, afirmando concordar que a metodologia  
325 está errada, que o processo está verticalizado, que a autonomia não deve ser assim feita,  
326 e que principalmente, o desejo de todos é que juntos se discuta, se crie uma autonomia  
327 conjunta, elaborada como resultado de um fórum representativo, que se esclareça o que  
328 é autonomia pedagógica, financeira e orçamentária, no que elas implicam e que seja  
329 uma discussão democrática e soberana; afirmou que a questão da autonomia tem que  
330 ser discutida durante a greve, porque a percepção dos direitos sociais nasce no momento  
331 de crise, e não num estado de tranquilidade; em seguida indagou, onde e para quem  
332 seria encaminhado projeto dessa autonomia na eventual saída do representante da  
333 instituição do grupo de negociação, justificando assim não concordar com a solicitação  
334 dos sindicatos; afirmou a instituição não poder abrir mão de nenhum espaço de luta e  
335 da representatividade junto ao grupo de negociação, pois a força das IES seria  
336 fragilizada e o governo tomaria o controle, impondo o seu projeto de autonomia. Nesse  
337 momento a Presidência intercedeu, para garantir o direito a todo e qualquer pedido de  
338 fala, ressaltando a necessária moderação e respeito pelo egrégio Conselho Universitário -  
339 COU. Retomou a palavra para concluir, o Professor João Irineu de Resende Miranda,  
340 defendendo a não concordância com o decreto e com nenhum projeto de autonomia  
341 que coloque em risco a universidade pública, gratuita, de qualidade e autônoma;  
342 asseverou não ser o momento de divisão da comunidade, ressaltando a vontade da  
343 instituição em ter uma discussão conjunta, com os acadêmicos e servidores, em prol da  
344 elaboração de um documento único, vinculatório, que proponha uma autonomia justa  
345 para a instituição. Após nova intervenção da Presidência, o Conselheiro José Tadeu Teles  
346 Lunardi manifestou-se contrário a permanência da reitoria da UEPG no grupo de  
347 negociações, afirmando estar de acordo com o pronunciamento do representante da  
348 SINDUEPG; enfatizou ser, em sua opinião, o pior momento para discussão da autonomia

349 universitária, defendendo a saída do reitor do grupo de negociações por crer que essa  
350 atitude faria com que a comissão perdesse a legitimidade, e, portanto, o governo  
351 recuaria no encaminhamento do debate sobre autonomia; afirmou ser essa a estratégia  
352 política ideal para que a discussão seja retomada de outra forma, das bases, com mais  
353 representatividade e não através de decreto; defendeu que a aprovação pelo COU,  
354 isentaria a reitoria do constrangimento em abrir mão do seu papel de mediador de  
355 conflitos e crises, junto à referida comissão; concluiu sugerindo ao COU, a aprovação à  
356 recomendação da assembleia na retirada do reitor da UEPG, daquele grupo de  
357 negociações. Na sequência o Conselheiro Ariangelo Hauer Dias considerou difícil falar  
358 após manifestações bem estruturadas e defesas que remetem a sua vontade particular  
359 do ponto de vista de autonomia; explanou sobre a complexidade de planejar uma  
360 universidade, considerando ter sido Pró-Reitor de Assuntos Administrativos e estar Pró-  
361 Reitor de Planejamento da UEPG, sobretudo quando se vive num momento de  
362 incertezas e indefinições; alegrou-se com o público presente considerando que este  
363 Conselho estaria dando o direito a que todos se manifestassem, favorável ou  
364 contrariamente e isso seria a essência do que foi sua vida, sendo aberto e com decisões  
365 pautadas tecnicamente e sob a égide das leis, portanto, baseado nisto, as decisões  
366 institucionais que toma, seriam possíveis ou não com o que está estabelecido na lei, sendo  
367 esta soberana, todos deveriam seguir; enalteceu-se em empatar, sem saber em que  
368 percentual, o seu discurso com o do professor Marcelo Engel Bronosky, por defender a  
369 necessidade de se discutir autonomia de uma forma ampla e bem estruturada; também  
370 se solidarizou com a fala da professora Gisele Masson quando citou que os envolvidos nos  
371 cursos da Educação a Distância - EaD teriam contratos assinados e estariam à mercê de  
372 quaisquer mudança e cenário político; o Conselheiro declarou que sua alocação não seria  
373 política e sim, técnica, acerca da matéria em discussão, visto que tramitou pela Pró-

374 Reitoria de Planejamento - PROPLAN e que teria o Decreto Estadual nº 546/2015,  
375 muitos argumentos já referenciados anteriormente e que uma análise de planejar a  
376 universidade sem ter a expectativa do que vai acontecer é muito difícil; citou exemplos  
377 como ter muitos prédios ou áreas comuns de convivência da comunidade universitária,  
378 no entanto, resultariam vetados por falta de recursos e mesmo da vontade que isso  
379 acontecesse; explicou sobre a figura do ordenador de despesas, responsável pela  
380 autorização ou não do gasto do dinheiro, bem como das fontes de recursos que não são  
381 permitidas serem gastas da maneira que bem prover, tão pouco a fonte de recursos  
382 próprios pela falta de autonomia; quanto a fonte de recursos federal que se refere ao  
383 PROAP-CAPEX e a liberação de bolsas, também sofreu com a atitude arbitrária do  
384 Secretário de Estado da Fazenda - SEFA; arrematou que o processo de autonomia teria  
385 responsabilidade quanto ao planejamento estratégico, planejamento financeiro aliado  
386 ao ensino, pesquisa e extensão; o Conselheiro Ariangelo Hauer Dias retomou a análise do  
387 decreto estadual procedendo a leitura da fundamentação e definiu que ao se retirar de  
388 uma discussão, estaríamos cerceando o direito, por exemplo de quem não faz parte do  
389 Conselho, desta forma justificou a mudança do local desta Plenária para garantir o  
390 acesso e a segurança de todos visando o exercício da participação; ficou surpreso com a  
391 solicitação da retirada da Reitoria da UEPG do Grupo de Trabalho, porque entende que  
392 com a saída seria aceitação tácita; opinou ser contra a saída do grupo, e que neste  
393 momento, o foco deveria ser em relação ao Art. 2º, em seu § 3º onde o Secretário de  
394 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI poderia requisitar servidores de  
395 outros órgãos ou entidade para auxiliar nos trabalhos, o que seria interessante uma  
396 comissão interna para interagir e exigir, posto que fazemos parte de uma estrutura  
397 hierárquica, porém declinar de uma discussão não refletiria a opinião e estaríamos  
398 sujeitos na aceitação de um documento forçado; inquiriu a necessidade de termos uma

399 voz instituída pela Universidade, que possa definir as prioridades, uma comissão com  
400 mais vozes e até conquistar mais espaço na discussão sobre autonomia; salientou a  
401 importância da participação no processo de autonomia universitária e sugeriu a  
402 instituição dos grupos de trabalho com as pessoas diretamente envolvidas para discutir;  
403 concluiu dizendo que o fator mais importante no futuro, seria o percentual a ser liberado  
404 pelo Governo às IES e a divisão desse percentual entre as mesmas, o qual seria disputado  
405 entre os reitores, fator primordial que com a não participação haveria a renúncia de  
406 representar as comunidades que fizeram com que a UEPG fosse expoente ou fonte de  
407 orgulho; reiterou sua manifestação quanto a manutenção da Reitoria no Grupo de  
408 Trabalho. Na continuidade, a Presidência, retomou a palavra, cientificou a todos quanto  
409 ao avançado da hora e alertou para o provável término antes da hora do almoço, no  
410 entanto não havendo o encerramento, o Plenário retornaria às quatorze horas; cedeu a  
411 palavra à professora Cintia Xavier, do Departamento de Jornalismo que relatou que  
412 outras Universidades estariam decididas pela retirada deste Grupo, observando que não  
413 seria um decreto que faria acontecer um debate claro e objetivo, então, qual seria o  
414 temor ao se abster da discussão imposta pelo Governo em um processo arbitrário, isto  
415 não seria impeditivo para a discussão interna sobre autonomia, mas um decreto que  
416 formula cadeiras específicas, retiraria o direito das Universidades de fazer este debate,  
417 visto que cada seguimento da comunidade universitária teria uma visão deste processo e  
418 compreender a Universidade nestas idiossincrasias, faria de fato a construção de um  
419 cenário de autonomia universitária, do contrário estaríamos perpetuando uma decisão  
420 unilateral do Estado, decretando a constituição do Grupo de Trabalho; reiterou que não  
421 fora aberto espaço de discussão e sim, uma forma de arrolar o assunto e solicitou o  
422 respaldo deste COU para que a comunidade universitária tenha o mínimo de respaldo  
423 para que de fato se tenha uma discussão sobre autonomia universitária. Seguidamente,

424 manifestou-se a professora Rosangela Maria Silva Petuba, lotada no Departamento de  
425 História, refletindo em torno do Decreto nº 546/2015 que na ótica da Administração da  
426 UEPG, teria que seguir por ter força de lei; argumentou que a lei seria um território de  
427 disputa e conflito social, a mesma lei tanto poderia ser o espaço de consolidação dos  
428 direitos, mas ela seria também um espaço utilizado para barrar o debate; resumiu não  
429 se tratar da retirada da discussão e sim, escolher os interlocutores; reafirmou que este  
430 Conselho representa a comunidade universitária, e hoje, esta não estaria favorável à  
431 permanência no Grupo instituído. Na continuidade, o Conselheiro Luiz Alexandre  
432 Gonçalves Cunha, se manifestou para se posicionar a favor da saída do Grupo e também  
433 à revogação do Decreto, devido à falta de legitimidade. Em seguida, o Conselheiro José  
434 Flávio Marcelino Borges opinou não acreditar somente em duas opções - permanece ou  
435 sai do Grupo, e sugere também, o pedido de revogação; propôs como alternativa  
436 ampliar a base de discussão prorrogando o prazo de cento e vinte (120) dias. Na  
437 sequência, a Conselheira Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros comentou a  
438 respeito das manifestações até o momento, que mais nos uniriam do que afastariam;  
439 acrescentou ser interessante e reforçou a proposta anterior do Conselheiro José Flávio  
440 Marcelino Borges, pela retirada do Decreto e a constituição de grupo interno,  
441 apresentando proposta a ser revisada pela APIESP. Nova manifestação do Conselheiro  
442 Miguel Archanjo de Freitas Júnior para adicionar que a metodologia aplicada pelo  
443 decreto não seria a melhor e a proposta de instituir outro grupo para pensar esta  
444 metodologia iria de encontro com a manifestação do professor Marcelo Engel Bronosky;  
445 destacou que as decisões desta Reitoria não teriam sido impostas, pois a carga de  
446 trabalho tem sido excessiva porque as decisões internas são amplamente discutidas em  
447 reunião após reunião, e se posicionou não esperar outro posicionamento que não da  
448 ampla discussão ao contrário do proposto pelo Estado no afogadilho; salientou que os

449 Conselheiros que usufruíram da palavra, pelas características de formação quando  
450 falaram em abordagem mais técnica, isto não pressupõem que não conheçam o  
451 conteúdo filosófico e político por trás das decisões; esclareceu que não se sentiria  
452 pressionado e estaria maduro o suficiente para saber o que seria fundamental para a  
453 Universidade; findou dizendo que as decisões deveriam seguir o processo democrático,  
454 porém sem nenhum tipo de pressão ou coação desnecessárias neste momento e de  
455 maneira objetiva seguiria a proposta alternativa. O professor Marcelo Engel Bronosky  
456 solicitou a palavra e fora advertido pela Presidência quanto ao prazo de encerramento  
457 desta reunião, no entanto, continuou e opinou que a proposta apresentada estaria  
458 dentro do solicitado pela SINDUEPG, encaminhada via APIESP ou Reitoria, para  
459 constituir um grupo interno para oferecer uma proposta fundamentada ao Governo;  
460 sugeriu levar à SETI para compor junto às manifestações das outras IES, cotejada com  
461 outras informações que possam agregar o debate, uma minuta com o método de  
462 construção do projeto de autonomia. O Senhor Presidente indagou os Conselheiros se  
463 estariam suficientemente esclarecidos e solicitou a Senhora Vice-Reitora Professora Gisele  
464 Alves de Sá Quimelli que apresentasse as possibilidades para encaminhamento. Diante  
465 das manifestações ainda contrárias, a Senhora Vice-Reitora apresentou a proposta  
466 alternativa ou voltar a tarde e continuar a discussão; o Conselheiro José Tadeu Teles  
467 Lunardi solicitou aparte para sugerir que se o Governo não revogasse o Decreto,  
468 automaticamente convocar-se-ia o COU; continuou a Senhora Vice-Reitora que fez a  
469 proposta incorporando a complementação do Conselheiro supracitado. Em meio às  
470 diversas manifestações contrárias, as quais solicitavam a suspensão do pleito e seu  
471 retorno às quatorze horas, o Senhor Presidente, por uma questão de ordem, acrescentou  
472 que ampliou o debate visando manter a possibilidade de diálogo constante, para que se  
473 obtivesse a melhor decisão possível; cedida aparte para as considerações do proponente

474 da matéria, professor Marcelo Engel Bronosky, anterior ao encaminhamento, para  
475 considerar que a Mesa oferecesse para deliberação deste COU a solicitação que a  
476 SINDUEPG encaminhou, ratificando o posicionamento na condição da saída desta  
477 Reitoria, como membro do Grupo de Trabalho, embora a sutileza, a proposta não se  
478 opõem de fato que a ideia do Grupo não seria legítima, ela reforçaria a ilegitimidade,  
479 ainda assim, o processo posto a este COU cobraria uma posição clara da manutenção ou  
480 não, e concluiu sendo arbitrariedade de sua parte aceitar uma proposta de consenso.  
481 Com a palavra, a professora Karina Janz Woitowicz, do Departamento de Jornalismo,  
482 reforçou a decisão colegiada da SINDUEPG e solicitou aos Conselheiros a reavaliação do  
483 posicionamento, considerando a proposta original. A Presidência retomou a palavra e  
484 declarou suspensa esta reunião plenária com intervalo para almoço, com retorno às  
485 quatorze horas. Retomando os trabalhos, o Senhor Presidente, apresentou a proposta  
486 original para que o COU referendasse ou não a permanência da UEPG no Grupo de  
487 Trabalho, instituído por decreto governamental para tratar de autonomia universitária;  
488 abriu para inscrições e uso da palavra, almejando encaminhar os trabalhos na mesma  
489 sistemática ocorrida pela manhã. Na continuidade, cedida a palavra ao acadêmico  
490 Leonardo Godoy que se manifestou para esclarecer sobre um ponto noticiado no Portal  
491 da UEPG, a respeito da pauta de reivindicações do movimento estudantil, recebido pela  
492 Reitoria; esclareceu quando o consideraram como um dos líderes do movimento, e na  
493 verdade estariam todos os acadêmicos unidos nesta luta, sem liderança. Seguidamente,  
494 o professor Robson Laverdi, lotado no Departamento de História e membro do  
495 Comando de Greve, analisou os trabalhos realizados pela manhã, uma forma de leitura  
496 da conjuntura e do contexto que levou em consideração o rol de especificidades e qual  
497 posição seria assumida neste intenso debate; após exposição e expansão desta leitura  
498 para aclarar o que fora decidido em assembleia docente, finalizou com o

499 posicionamento solicitado de se retirar do Grupo de Trabalho. Solicitou a palavra, o  
500 professor Manoel Moabis Pereira dos Anjos, lotado no Departamento de Jornalismo, para  
501 falar aos Conselheiros sobre a árdua tarefa de deliberar, muitas vezes, sem a devida  
502 amplitude do debate entre a Comunidade Universitária, no entanto, o conselheiro  
503 representaria esta comunidade e estaria claro nas solicitações, pela retirada do nome do  
504 Magnífico Reitor, do Grupo que não representaria o que a comunidade almeja como  
505 autonomia, embora a proposta alternativa posta no final da manhã defendesse a  
506 decisão da assembleia e o debate com consulta à Comunidade Universitária sobre o  
507 tema, visto que a UEPG encontrar-se-ia distante em comparação as outras  
508 universidades do Paraná. Na sequência, o acadêmico André Schwarz, do Curso de  
509 Bacharelado em Direito, falou em nome do movimento estudantil que se reuniu  
510 recentemente, de forma expressiva, para demonstrar a preocupação com o plano  
511 discente na forma apresentada pelo Governador; ratificou a solicitação da não  
512 permanência no grupo instituído. O professor Marcelo Engel Bronosky fazendo uso da  
513 palavra, resumiu para encaminhar ao douto Conselho para apreciação, considerando  
514 que a proposta alternativa apresentada pela manhã, somente teria sentido se ocorresse  
515 a saída do Grupo de Trabalho, conforme petição inicial em atendimento a solicitação da  
516 SINDUEPG. Pela ordem, a professora Cintia Xavier reforçou o encaminhamento para  
517 votação de permanência ou não do Reitor. O Conselheiro José Flávio Marcelino Borges  
518 considerou importante o debate amplo, visando construir a melhor proposta possível,  
519 avaliando a saída do Grupo e as manifestações decorridas; solicitou a consideração de  
520 sua proposta pela Mesa, com a ampliação da base de discussão para inclusão de todos  
521 os seguimentos da comunidade universitária. Fez uso da palavra, a professora Maria  
522 Albertina de Miranda Soares, lotada no Departamento de Biologia Estrutural, Molecular  
523 e Genética, para que os Conselheiros considerassem somente o requerido na solicitação

524 protocolizada e ratificada pela comunidade universitária. Os Conselheiros Alexandre  
525 Almeida Rocha e José Tadeu Teles Lunardi se manifestaram para reforçar o mesmo  
526 encaminhamento a respeito da solicitação, julgando a demanda da Seção Sindical,  
527 votando logo após outras proposições de encaminhamento. A Presidência, ponderando  
528 as manifestações, repassou a palavra a Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de  
529 Sá Quimelli, relatora do presente processo, para conclusão do encaminhamento.  
530 Procedeu à leitura do Processo nº 02.172/2015, do documento assinado pelo Presidente  
531 da SINDUEPG professor Marcelo Engel Bronosky e apresentou as seguintes propostas: a)  
532 Solicitação da SINDUEPG, considerando as últimas falas dos Conselheiros Alexandre  
533 Almeida Rocha e José Tadeu Teles Lunardi para que fosse votado somente a saída ou  
534 não do Grupo de Trabalho; b) Proposta dos Conselheiros José Flávio Marcelino Borges e  
535 Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros, contemplando o pedido de revogação do  
536 Decreto Estadual nº 546/2015. Após intenso debate acerca da forma de  
537 encaminhamento, o Senhor Presidente, por consenso, apresentou para votação a  
538 retirada do Reitor do Grupo de Trabalho, o que resultou em votação por maioria dos  
539 votos dos presentes, pela sua manutenção no Grupo. Ato contínuo, a Presidência colocou  
540 em apreciação a proposta dos Conselheiros José Flávio Marcelino Borges e Solange  
541 Aparecida Barbosa de Moraes Barros, no sentido da permanência do Reitor,  
542 referendado por este COU, com o compromisso de que, perante à APIESP e nos  
543 encaminhamentos perante a SETI e ao próprio Governador de solicitar a revogação  
544 deste Decreto e a expedição de novo documento, nos moldes de ampliar o tempo e a  
545 participação da comunidade universitária, atendendo os interesses de forma paritária,  
546 conforme fora sugerido amplamente nas discussões que tivemos, esse seria o  
547 encaminhamento efetuado para votação. Cedeu, ainda, a palavra à professora  
548 Rosangela Maria Silva Petuba, que questionou caso o Governador não retroagisse, ainda

549 assim, o Reitor permaneceria no Grupo ou este COU decidiria posteriormente. O Senhor  
550 Presidente expôs a possibilidade de reunir a comunidade universitária em caso negativo  
551 e sem aceite de negociações, este Conselho decidiria pela retirada ou não em momento  
552 oportuno. Após os esclarecimentos e manifestações do Comando de Greve quanto ao  
553 compromisso deste Plenário em relação a como sucederia, permanecendo no Grupo de  
554 Trabalho, reafirmou a proposta colocada pelo Conselheiro José Tadeu Teles Lunardi  
555 quando solicitou a revogação do atual decreto e com abertura de espaço para  
556 discussões e aprofundamentos com a comunidade universitária. Solicitou a palavra, a  
557 Conselheira Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros para reafirmar a proposta, de  
558 que o Reitor permanecendo no Grupo de Trabalho, pleitearia a destituição do Decreto  
559 Estadual, abrindo a possibilidade para instituir outro grupo mais amplo para debater o  
560 processo de construção da autonomia universitária e no caso de insucesso, o Reitor sairia.  
561 A Presidência encaminhou para votação como única proposta, melhorada em seu  
562 conteúdo, feita pelo Conselheiro José Flávio Marcelino Borges, a qual obteve aceitação  
563 unânime. Na continuidade, o Senhor Presidente esclareceu alguns pontos quanto a  
564 reunião da APIESP, cuja pauta constaria de muitos assuntos, entre eles que os Reitores  
565 permitiriam aos sindicatos que tomassem frente às negociações governamentais, devido  
566 a amplitude do movimento grevista; os Reitores atuariam como Associação junto ao  
567 Governo, no sentido de convencimento para que rapidamente seja aberta as  
568 negociações necessárias, superando todas as questões expostas pela comunidade  
569 universitária; levariam a defesa e apresentação da decisão colegiada para que a  
570 metodologia de trabalho seja ampliada em tempo e no formato. Em atendimento a  
571 pauta de reivindicações do Movimento Estudantil, a Presidência solicitou o adiamento  
572 da reunião marcada para após esta Plenária, com agendamento para a próxima  
573 segunda-feira, entendendo ser o melhor tratamento a ser dado aos discentes e abertura

574 da pauta para discussões, neste prédio. Não havendo nada mais a tratar, às quinze  
575 horas e quarenta e nove minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e  
576 declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane Maria Fidelis, Secretária dos  
577 Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos  
578 presentes. Auditório do Prédio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE da  
579 Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Campus Uvaranas, cinco de março de  
580 dois mil e quinze.

581

**ATA Nº 01/2015**

582 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

---

583 Gisele Alves de Sá Quimelli

---

584 Adriana Scoton Antonio Chinelatto

---

585 Alexandre Almeida Rocha

---

586 Alexandre Camilo Júnior (suplente)

---

587 Amaury dos Martyres

---

588 Ana Paula Parra Leite

---

589 Ariangelo Hauer Dias

---

590 Cristina Berger Fadel

---

591 Eduardo Fávero Caires

---

592 Elenice Parise Foltran

---

593 Fabiana Postiglione Mansani

---

594	<b>José Flávio Marcelino Borges</b>	_____
595	<b>José Tadeu Teles Lunardi</b>	_____
596	<b>Luiz Laertes de Freitas</b>	_____
597	<b>Marcelo Bilobrovec</b>	_____
598	<b>Marcus William Hauser</b>	_____
599	<b>Maria Lúcia Casarin Bezerra Madruga</b>	_____
600	<b>Maria Magdalena Ribas Döll</b>	_____
601	<b>Marilisa do Rocio Oliveira</b>	_____
602	<b>Miguel Archanjo de Freitas Júnior</b>	_____
603	<b>Neide Keiko Kravchychyn Cappelletti</b>	_____
604	<b>Osnara Maria Mongruel Gomes</b>	_____
605	<b>Ricardo Diniz Correia de Almeida</b>	_____
606	<b>Sandro Rogério Camargo</b>	_____
607	<b>Silvana Maura Batista de Carvalho</b>	_____
608	<b>Silviane Buss Tupich</b>	_____
609	<b>Solange Ap<sup>a</sup> Barbosa de Moraes Barros</b>	_____
610	<b>Telma Regina Fonseca</b>	_____
611	<b>Vanderlei Schneider de Lima</b>	_____
612	<b>Wolfgang João Meyer</b>	_____

613 **Zoli Catarina Zacharias de Oliveira**

---

614 **Presentes:**

615 **Dierone César Foltran Júnior**

---

616 **Ítalo Sérgio Grande**

---

617 **Joani Alves Ferreira**

---

618 **João Irineu de Resende Miranda**

---

619 **Neomil Macedo**

---

620 **Eliane Maria Fidelis - Secretária**

---